

Famílias pobres têm cada vez mais rendas e empréstimos em atraso

Número de agregados nesta situação subiu 32% em dez anos, diz relatório da Federação Europeia de Organizações Nacionais Que Trabalham com População Sem-abrigo, onde se analisam dados até 2017

Habitação
Rita Marques Costa

Quase uma em cada dez famílias pobres portuguesas tem rendas ou empréstimos à habitação em atraso. E a situação tem vindo a piorar. Em 2017, 8,7% dos agregados familiares pobres estavam nessa situação. Um ano antes, eram 8,1%. E em 2007 ainda menos: 6,6%. O problema afecta 3,6% das famílias em geral.

Os dados são do relatório sobre exclusão habitacional da Federação Europeia de Organizações Nacionais Que Trabalham com População Sem-abrigo, FEANTSA (na sigla francesa), publicado ontem. A organização usa as estatísticas do Eurostat relativas a 2017 (as mais recentes) e compara-as com anos anteriores.

Na União Europeia (UE), em 2017, 3% das famílias e 8% dos agregados pobres tinham as suas rendas e empréstimos em atraso. Portugal está acima da média da UE. Aqui, a percentagem de famílias com rendimentos mais baixos com dificuldade em pagar rendas e empréstimos aumentou 32% desde 2007. Mas, mesmo assim, o país está longe de ser o mais mal colocado. Esse lugar é ocupado pela Grécia, onde um em cada cinco agregados familiares pobres demoram mais do que o devido a pagar estas contas.

“Num grande número de países, toda a população tem sido afectada por este aumento [das rendas em atraso], mas o problema atinge os agregados familiares pobres de forma mais significativa na Áustria, Espanha, Chipre, Holanda, Portugal, Malta e Letónia (na Grécia e na Eslovénia, é entre as famílias não pobres que este número tem vindo a aumentar)”, lê-se no relatório.

E porquê? “Terá que ver com a evolução dos valores das rendas”, diz Ana Cordeiro Santos, investigadora do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra e uma das autoras do relatório do Observatório sobre Crises e Alternativas, do CES, intitulado *A nova questão da habitação em Portugal*. O problema afecta mais quem tem menos rendimentos, porque “uma boa par-



Portugal está acima da média europeia na percentagem de famílias pobres em incumprimento

“Não somos coitadinhos, queremos defender o que é nosso”

Mora num bairro, a Quinta da Lage, na Amadora, que é classificado como de génese ilegal, mas recusa aquela designação. “É um bairro prioritário, mas não é ilegal. As pessoas foram apetrechando as suas casas da melhor maneira possível”, afirmou Edvaldo Lima, da associação de moradores. “E sentimo-nos quase traídos.” É que naquele bairro, como noutros semelhantes, os proprietários pagam Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), mas “a câmara [da Amadora] nunca fez uma intervenção directa”, disse Edvaldo Lima aos deputados do PS, PSD, PCP e BE que estavam na audição pública promovida ontem pela Assembleia da República no âmbito da criação da Lei de Bases da Habitação. Foram ouvidas associações e entidades que trabalham em bairros

sociais, bairros precários e áreas urbanas de génese ilegal (AUGI).

Emocionado, Edvaldo Lima afirmou a determinada altura: “Não somos coitadinhos, queremos defender o que é nosso.” A Câmara Municipal da Amadora (CMA) estabeleceu como prioridade a “erradicação” da Quinta da Lage.

Os deputados estão a debater três projectos de lei do PS, PCP e BE para a criação da Lei de Bases da Habitação, que baixaram à especialidade, sem votação, em Janeiro, e estão em processo de apreciação pelo grupo de trabalho da Habitação. Ontem, os moradores levaram-lhes várias queixas. E muitas são comuns. O que se passa na Quinta da Lage é um exemplo. Andreia Cardoso, dirigente associativa, sublinhou que há uma comunidade com laços, “há pessoas que estão lá há 60

anos”, algumas com mais de “90 anos, que não irão aguentar um realojamento”. Questionou o facto de a CMA, que “identificou o terreno como urbano”, não requalificar aquele edificado em vez de realojar as famílias. Lembrou que “a água, esgotos, electricidade foi tudo conseguido” pelos moradores, que “angariaram fundos” — a estrada está alcatroada com financiamento de quem lá viveu. “Os meus filhos brincam em segurança na rua, onde nos queremos realojar não há segurança. Vamos perder os nossos vizinhos e o nosso bem-estar.”

Em 2017, foram identificadas, na Área Metropolitana de Lisboa, 1713 AUGI — dessas, só 32% obtiveram o alvará de loteamento — e 285 não AUGI (só 40% teve alvará de loteamento).

J.G.H.

te das famílias pobres está no mercado de arrendamento privado”. E, “dado que a habitação social tem um peso muito diminuto em Portugal e está sobretudo concentrada nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, as famílias de menores rendimentos não têm acesso à habitação pública”.

Além disso, explica, “a maior parte das famílias são proprietárias — metade tem empréstimos e a outra metade já não”. Para quem ainda está a pagar empréstimos, “o que acontece, com as taxas de juro tão baixas, é que o valor das prestações está a diminuir”, pelo que os custos têm sido “estáveis” ou até “decrecentes”. Para quem arrenda a história é outra. Por um lado, porque “o valor das rendas tem acompanhado a evolução dos custos da habitação”. E, por outro, “com a contracção do mercado de arrendamento devido ao turismo”, uma família cujo contrato termina, ao procurar uma nova casa, já só vai encontrar opções “mais caras”.

40% passam frio em casa

Excluindo os atrasos nos pagamentos das rendas e empréstimos, em todos os outros indicadores que a FEANTSA utiliza para avaliar a situação de Portugal há uma melhoria entre 2016 e 2017. E quase todos melhoram entre 2007 e 2017.

O que continua acima dos valores de 2007: o número de famílias pobres sobrecarregadas com os custos da habitação (+18%); o número de agregados jovens — tanto os pobres (+31%) como o total (+36%) — sobrecarregados com os custos da habitação e, por fim, os custos totais das famílias pobres com habitação (subiram 27%). Considera-se que um agregado está sobrecarregado quando gasta mais de 40% do orçamento mensal com a casa.

Outro indicador: o número de famílias que não consegue manter a residência quente está a diminuir, mas continua muito acima da média. São, em termos gerais, uma em cada cinco. Mas entre as famílias pobres representam o dobro disso: 38,9%.